



JOSÉ LUÍS CARDOSO

Celso Furtado e as encruzilhadas do desenvolvimento

Análise Social, 214, I (1.º), 2015

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt

Celso Furtado e as encruzilhadas do desenvolvimento. Este artigo revisita os principais traços biográficos de Celso Furtado e recorda os aspetos mais salientes da sua vasta obra nos domínios da história, teoria e política do desenvolvimento económico. Celso Furtado desempenhou papel crucial na fixação do ideário da Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL) no início da década de 1950. A sua experiência técnica e política neste organismo viria a ser aplicada e aprofundada na ação que protagonizou como responsável ministerial de políticas de desenvolvimento económico no Brasil, até ao golpe militar que o levou ao exílio em 1964. Dessa experiência colheu ensinamentos para a sua obra de natureza teórica e doutrinal, a qual teve significativo impacto junto de autores portugueses que leram Celso Furtado na perspetiva da utilização do seu testemunho em benefício do desenvolvimento económico em Portugal, nos anos finais do Estado Novo. O presente artigo destaca este aspeto menos conhecido da influência de Celso Furtado em cientistas sociais portugueses.

PALAVRAS-CHAVE: Celso Furtado; CEPAL; desenvolvimento económico; desenvolvimento social; circulação de ideias.

Celso Furtado and the crossroads of development. This article presents the main features of the life and work of Celso Furtado, paying special attention to the most important aspects of his scholarly contributions in the fields of the history, theory and policy of economic development. Celso Furtado has played a crucial role in the definition of the tenets and programme of the UN Economic Commission for Latin America (ECLA – CEPAL) in the early 1950's. His technical and political experience in this commission would be further implemented throughout his career as officer and minister responsible for the development of economic policies in Brazil, before the military coup in 1964, which would imply Furtado's exile. He took large advantages from that political experience, namely as regards the development of his theoretical and doctrinal contributions. He also proved to be quite influential on Portuguese authors who read Furtado aiming at the use of his arguments as a doctrinal framework for economic development in Portugal at the final stage of the authoritarian regime. This article focuses in particular this less known aspect of the influence of Furtado in Portuguese social scientists.

KEYWORDS: Celso Furtado; ECLA-CEPAL; economic development; social development; circulation of ideas.

JOSÉ LUÍS CARDOSO

Celso Furtado e as encruzilhadas do desenvolvimento¹

Celso Furtado (1920-2004) pode e deve ser considerado, sem exagero nem controvérsia, como o mais importante economista brasileiro de todos os tempos. As suas contribuições originais, no domínio da economia e política do desenvolvimento, fazem dele uma figura marcante da história do pensamento económico da segunda metade do século xx. Ultrapassou em larga escala o âmbito brasileiro e latino-americano das suas motivações intelectuais e políticas, sendo hoje reconhecido como autor relevante nas áreas em que prestou contributos metodológicos e analíticos de carácter inovador.

Apesar do merecido reconhecimento de que tem sido alvo, a projecção de Celso Furtado na cena internacional foi certamente prejudicada pela menor divulgação da sua obra em língua inglesa. É certo que alguns dos seus livros e ensaios foram traduzidos em inglês, sendo também abundantes as traduções em espanhol, francês e italiano. Porém, a repercussão dos seus escritos nos círculos e circuitos internacionais de produção e difusão de pensamento económico não terá sido tão ampla como seria de desejar.² O alcance inovador das suas contribuições mereceria maior destaque.

1 Versão revista da comunicação apresentada ao Simpósio *Ciências Sociais Cruzadas (Portugal – Brasil)* que decorreu entre 5 a 7 junho de 2013 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e na Universidade de Évora. Agradeço a José Machado Pais e Susana Matos Viegas o convite para participar e os comentários ao texto. Agradeço igualmente a dois relatores anónimos da *Análise Social* os pertinentes comentários e úteis sugestões de revisão.

2 Não cabe no âmbito deste texto a apresentação sistemática da bibliografia ativa e passiva de Celso Furtado. Uma listagem exaustiva das suas obras, incluindo traduções, pode ser consultada em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_s=65 . Recomenda-se a visita deste *site* do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, no qual se encontra ou faz referência a uma vasta informação e documentação relacionada com a obra e legado intelectual de Celso Furtado. Uma boa visão de conjunto da sua obra é dada pela coletânea de ensaios em sua homenagem editados por Bresser-Pereira e Rego (2001).

Para além do obstáculo linguístico, outro fator que poderá ajudar a explicar a menor assimilação e o reduzido impacto internacional da obra de Furtado, na perspetiva da formação dos cânones da ciência económica contemporânea, reside precisamente na menor pertinência canónica dos seus textos, aflorando e discutindo matérias habitualmente cunhadas de heterodoxas ou marginais em relação à visão dominante na análise de temas relacionados com o crescimento e o desenvolvimento económico.

Esta dupla explicação não serve para impugnar a atualidade e relevância dos temas que privilegiou ao longo da sua carreira, conforme fica demonstrado em alguns recentes ensaios que têm procurado enquadrar e valorizar os seus contributos numa perspetiva cosmopolita e universal (Szmrecsányi, 2005 e Boianovsky, 2010). Aliás, é justamente a atualidade e relevância dos temas da agenda de investigação de Celso Furtado que justificam a atenção que continuam a suscitar sempre que se discutem os problemas do desenvolvimento económico no mundo contemporâneo.³

Um dos principais méritos de Furtado terá sido o de não assumir a pose de um economista monolítico e convencional. A sua vocação política e o seu compromisso cultural obrigaram-no a atravessar domínios amplos de conhecimento e a desafiar as regras redutoras do saber fechado e compartimentado. Cruzou uma diversidade de ciências sociais, mostrando que a ciência económica não pode ficar alheia, nem ignorar, as contribuições de outros domínios científicos que alargam e enriquecem a compreensão da realidade económica e social. E, para o que nos interessa aqui discutir e salientar, possibilitou a difusão e apropriação da sua obra em território português, assumindo inesperadamente o estatuto de inspirador e mentor de estratégias de desenvolvimento num país que pertencia a uma outra periferia. Numa encruzilhada tecida entre dois lados do Atlântico, o testemunho de Celso Furtado permite ilustrar a importância que os países sempre atribuem à definição de trajetórias de desenvolvimento, independentemente do nível ou patamar que já tenham alcançado.

Procurando respeitar o âmbito em que este texto foi inicialmente apresentado, destacarei aspetos da obra de Celso Furtado que creio relevantes para o aprofundamento do diálogo entre cientistas sociais portugueses e brasileiros. Não pretendo explorar ou focar tópicos já amplamente debatidos por especialistas da sua obra centrada nas temáticas das teorias e políticas de desenvolvimento económico. Após recordar alguns registos cruciais do percurso

3 Sobre este tópico, e sobre as contribuições dos economistas latino-americanos especialmente ativos entre as décadas de 1950 e 1980, cf. os ensaios reunidos em Cardoso, Marcuzzo e Romero Sotelo (2014).

biográfico de Celso Furtado, procurarei sinteticamente abordar dois momentos da sua carreira – a publicação e impacto público do seu livro *Formação Económica do Brasil* (1959) e a sua experiência como doutrinador e executante de políticas desenvolvimentistas – que creio particularmente relevantes para a compreensão do tema aqui em destaque: a influência da sua obra em cientistas sociais portugueses, sobretudo em autores que gravitavam na órbita da revista *Análise Social* e do Gabinete de Investigações Sociais (atual Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa).

BREVE ROTEIRO BIOGRÁFICO

Celso Furtado nasceu a 26 de julho de 1920 na pequena cidade de Pombal, no sertão da Paraíba. Após terminar a formação liceal no Recife, ingressou em 1939 na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, obtendo o seu diploma em 1944. Nesse mesmo ano integrou a Força Expedicionária Brasileira e, ao lado dos aliados, teve oportunidade de presenciar a libertação de Itália e viver o final da Segunda Guerra Mundial. Entre 1946 e 1948 permaneceu em Paris e concluiu na Sorbonne o seu doutoramento com uma dissertação sobre história económica brasileira, intitulada *A Economia Colonial Brasileira, séculos XVI e XVII*. Deixando de lado a sua formação jurídica, e abandonando qualquer pretensão de uma carreira no domínio da advocacia ou magistratura – contrariando assim a tradição familiar – Celso Furtado tirou partido do ambiente parisiense do imediato pós-guerra e consolidou a sua formação cruzada entre a história e a economia. Foi este um marco decisivo para a sua carreira intelectual futura (Silva, 2011). Colheu ensinamentos diretos do magistério de François Perroux e beneficiou de passagem breve pela London School of Economics. Mas, acima de tudo, fixou o seu horizonte de análise numa temática histórica que viria a constituir parte integrante da sua conceção do desenvolvimento económico e respetivo enraizamento secular.

Regressado ao Brasil em 1948, entrou ao serviço da Fundação Getúlio Vargas. Em breve ingressou, no entanto, na recém-criada Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL), em missão que se prolongaria entre 1949 e 1957, circulando e vivendo entre Santiago do Chile, Rio de Janeiro e Cidade do México. O contacto próximo com Raul Prebisch e demais economistas e técnicos da CEPAL, a estrutura organizativa e a dimensão institucional deste organismo responsável pelo desenho, execução e acompanhamento de políticas destinadas a fomentar o desenvolvimento económico de países mais carenciados e mais necessitados de vencer situações de atraso, constituíram oportunidade crucial para o mergulho definitivo que Celso

Furtado deu nos temas e problemas que viriam a revelar-se uma constante das suas preocupações ao longo de toda a carreira, quer como analista e estudioso, quer como agente e decisor político.

Durante os anos em que trabalhou para a CEPAL, Furtado não perdeu os contactos com a vida universitária, tendo tido oportunidades esporádicas de visita aos EUA para aproximação e relacionamento com alguns economistas americanos especializados em técnicas de planeamento e desenvolvimento económico (nomeadamente W. Leontief e T. Schultz). Mas foi no ano escolar de 1957-1958, depois de deixar a CEPAL, que Furtado mais e melhor beneficiou de um ambiente universitário propício à investigação, permanecendo no King's College da Universidade de Cambridge. O contacto direto com economistas do círculo keynesiano de Cambridge – entre os quais cabe destacar Nicholas Kaldor – era inevitável e viria a revelar-se largamente inspirador do seu pensamento no domínio das políticas de desenvolvimento. Todavia, a estadia em Cambridge ficaria sobretudo associada à maturação e escrita da obra que projetou definitivamente Celso Furtado como figura cimeira no panorama intelectual brasileiro: *Formação Económica do Brasil*. O livro seria publicado em 1959 e conheceu sucessivas reimpressões e reedições, tendo sido traduzido em nove línguas.

Em 1958, depois do regresso de Cambridge, uma nova etapa se abriu na carreira de Celso Furtado, então como diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico (BNDE) e responsável de políticas de desenvolvimento no Nordeste Brasileiro (nomeadamente da SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). A possibilidade de pôr em prática as teorias e doutrinas de desenvolvimento económico foi um desafio que lhe foi sucessivamente colocado pelos presidentes Juscelino Kubitcheck, Jânio Quadros e João Goulart. Este último, em 1962, nomeou Celso Furtado como ministro do Planejamento, com a incumbência de preparação e execução de um Plano Trienal, no qual pôde consubstanciar a sua visão programática sobre o desenvolvimento da economia brasileira. Todavia, o golpe militar de 1964 impossibilitou a continuidade da missão de Furtado.

Celso Furtado iniciou então um longo exílio, que se prolongaria até 1978. Após curta passagem pelo Chile e EUA, fixou em Paris a sua residência quase permanente até ao início da década de 1980. A sua cátedra como professor de Desenvolvimento Económico na Faculdade de Direito e Ciências Económicas da Universidade de Paris permitiu-lhe ensinar e escrever sobre os seus temas de eleição, publicando diversos títulos, uns de maior alcance analítico, outros de notória intencionalidade política, mas sempre em torno das problemáticas do desenvolvimento no Brasil, na América Latina, e no mundo crescentemente globalizado.

As frequentes visitas que fez ao Brasil, após a amnistia e o restabelecimento da ordem democrática, acabariam por ditar um novo envolvimento político direto: em 1985, como embaixador do Brasil junto da Comunidade Económica Europeia, e entre 1986 e 1988 como ministro da Cultura do governo de José Sarney.

Afastado das lides organizativas e de responsabilidades universitárias, Celso Furtado entrou então numa fase de reflexão e intervenção cívica sobre os grandes temas de presença regular na sua carreira académica e política, revisitando e republicando os seus ensaios, valorizando a sua mensagem junto de círculos restritos ou da opinião pública alargada, participando em diversas comissões internacionais relacionadas com temas de cultura e desenvolvimento. Morreu em 2004 com uma paragem cardíaca, deixando uma vasta bibliografia cujos principais títulos aqui se recordam:

- 1954 *A Economia Brasileira*
- 1959 *Formação Económica do Brasil*
- 1961 *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*
- 1966 *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*
- 1967 *Teoria e Política do Desenvolvimento Económico*
- 1969 *Formação Económica da América Latina*
- 1976 *Prefácio à Nova Economia Política*
- 1978 *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*
- 1980 *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: um Enfoque Interdisciplinar*
- 1987 *Transformação e Crise na Economia Mundial*
- 1998 *O Capitalismo Global*

Publicou diversos livros de memórias e registos autobiográficos, que permitem reconstituir e interpretar as motivações e sentidos do seu percurso intelectual. Mas os seus papéis e manuscritos permanecem em grande parte por estudar, não obstante os notáveis esforços que têm sido feitos pela sua viúva, Rosa Freire d'Aguiar, no quadro das atividades e publicações promovidas pelo já referido Centro Internacional Celso Furtado.⁴

4 Para uma visão de conjunto do seu pensamento v. Furtado (2013), que apresenta excertos selecionados das suas principais obras sobre os temas mais constantes ao longo da sua carreira.

A FORMAÇÃO ECONÓMICA DO BRASIL
E A FORMAÇÃO DO CÂNON HISTORIOGRÁFICO BRASILEIRO

Conforme atrás se destacou, a *Formação Económica do Brasil* (1959) foi não só a primeira grande obra de Celso Furtado, mas sobretudo o livro que lhe permitiu atingir assinalável notoriedade intelectual.⁵

Trata-se de uma obra de indesmentível recorte académico, mas que foi escrita a pensar num público de âmbito alargado. A comprovar que tal objetivo foi conseguido, registre-se o número de 350 000 exemplares vendidos nas diversas edições que teve. Foi claro o propósito do autor em escrever um livro que fosse um veículo de transferência de conhecimento para um auditório tão vasto quanto possível, assim como um instrumento de reflexão sobre o estado de dificuldade e carência da economia brasileira e as razões que o explicavam. Neste sentido, a vasta experiência de consultor técnico e político no âmbito da CEPAL permitia a Celso Furtado exibir dotes de aconselhamento político que complementavam os seus atributos académicos. A incursão na história da economia brasileira era uma forma intelectualmente hábil de explicitar as políticas públicas que permitiriam o desenvolvimento de um Brasil moderno e industrializado na segunda metade do século xx. Ou seja, a história servia-lhe como útil pretexto de demonstração das fragilidades e potencialidades que o Brasil deveria conhecer melhor, para melhor se desenvolver.

O livro foi escrito num ambiente político favorável à explosão de ideias sobre o desenvolvimento do Brasil, nesses anos de ouro da construção de Brasília e da governação modernizadora de Juscelino Kubitchek. E o final da década de 1950 conheceu também um inovador impulso de reflexão sobre a história, a sociedade e a cultura brasileiras, bem expressas nas obras de Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder* (1957) e de António Cândido, *A Formação da Literatura Brasileira* (1958).

Furtado não estava sozinho nessa empreitada renovadora. E também não partia de um vazio de reflexão no que se refere, especificamente, ao estudo dos condicionalismos mais profundos que explicavam o atraso do Brasil e dos instrumentos e medidas que o permitiriam ultrapassar. Na verdade, Furtado reconheceu expressamente a importância que, para a formação do seu ideário, tiveram outros autores que o precederam na compreensão do Brasil, nomeadamente Gilberto Freyre, *Casa Grande e Sanzala* (1933), Caio Prado, *Evolução Política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), Sérgio

5 V. a edição comemorativa do cinquentenário de publicação, Furtado (2009a [1959]), que inclui diversos textos de enquadramento e análise da obra de Celso Furtado.

Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1936) e Roberto Simonsen, *História Económica do Brasil* (1937).

Atendendo às influências cruzadas de que é tributário e de que legitimamente se apropria, perguntar-se-á, então, o que há de novo nesta abordagem histórica e económica de Celso Furtado?

Trata-se de um longo fresco histórico sobre a evolução da economia brasileira em duas grandes etapas ou ciclos: em primeiro lugar, o ciclo do açúcar e do ouro (ao longo dos séculos XVI a XVIII), com a economia largamente assente na exploração de mão-de-obra escrava, com uma dinâmica de crescimento comandada pelo mercado externo, em contexto de dominação colonial; em segundo lugar, o ciclo do café (na 2.^a metade do século XIX), com a economia largamente dependente da exploração intensiva de recursos agrícolas, baseada na prestação de trabalho assalariado e determinada pela dinâmica do mercado interno. Esta sugestiva sequência de ciclos económicos proposta por Furtado tornou-se modelo incontornável na historiografia brasileira, passando a fazer parte integrante das explicações históricas dos bloqueios e condicionantes do desenvolvimento.⁶

A descrição da economia brasileira mediante a utilização da noção operatória de “ciclo” ou etapa era já algo adquirido. O que resulta inovador em Furtado é a análise dos processos dinâmicos que caracterizam o modo de articulação dos fatores produtivos em cada ciclo distinto. Em qualquer dos ciclos ou etapas, as oportunidades de rompimento inovador eram escassas, aí se enquadrando as necessidades de impulso e estímulo a novos processos de desenvolvimento económico. Ora, é justamente na análise destes processos que Celso Furtado demonstra a importância da sua experiência e missão ao serviço da CEPAL. Por isso, importa clarificar em que consistiam as teorias, modelos e práticas em que tinha estado profissionalmente envolvido na fase da sua carreira que diretamente antecedeu a redação da *Formação Económica do Brasil*.

TEORIAS E POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS, À LUZ DA CEPAL

Na sua versão mais elementar – pecando talvez por excesso de simplificação, mas em benefício da síntese expositiva – a definição de desenvolvimento económico apresentada por Celso Furtado consiste no acréscimo médio da

6 Os historiadores Fernando António Novais e José Jobson Arruda foram os que mais contribuíram para a assimilação das teses de Furtado na historiografia canónica brasileira, sobretudo nas últimas décadas do século XX. As ruturas historiográficas entretanto ocorridas não impugnaram a relevância da obra inaugural de Furtado.

produtividade do fator trabalho, resultante de mudanças nas proporções e modos de combinação dos restantes fatores produtivos (terra e capital). Trata-se de uma definição estritamente económica, que propositadamente não capta a multidimensionalidade deste conceito.

Mesmo que seja definido nesta aceção limitada, o desenvolvimento (económico) não dispensa a existência de instituições facilitadoras ou favoráveis a processos de inovação e progresso técnico que permitam constantes melhorias na combinação de fatores produtivos, incluindo processos de inovação social e de dinamização empresarial. Só assim será possível garantir melhorias significativas na distribuição do rendimento, com vista a um acréscimo sustentado da procura agregada (consumo e investimento). Ao Estado caberia uma função primordial na garantia desses objetivos (progresso técnico e redistribuição do rendimento), no pressuposto de que a dinâmica económica seria motivada por um acréscimo de exportações e por substituição de importações.

Este modelo conceptual a que Celso Furtado adere não se distingue de outras conceções e correntes de pensamento dominantes no período do pós-guerra, designadamente as de inspiração keynesiana. Porém, quando se trata de circunscrever o problema às economias menos desenvolvidas e mais vulneráveis, devido ao seu elevado grau de abertura ao exterior, importava ter em especial atenção as consequências perniciosas decorrentes de fortes desequilíbrios externos (comerciais e financeiros) ou de processos de inflação interna.

Celso Furtado, ao lado de Raul Prebisch, de outros economistas e técnicos da CEPAL, considerava que existia uma relação desigual e assimétrica entre o centro industrializado e a periferia fornecedora de matérias-primas, relação essa que mantinha equivalência e proximidade com o modo tradicional de relacionamento das metrópoles imperiais com as suas colónias. Segundo esta análise, a propagação do progresso técnico do centro para a periferia processava-se a ritmo excessivamente lento. Para se quebrar a relação de desigualdade prevalecente, era indispensável acelerar o processo mediante políticas de industrialização nos países periféricos, com substituição de importações de produtos que pudessem ser fabricados internamente sem agravamento das relações de dependência tecnológica. Neste processo, caberia ao Estado um papel essencial na criação de um ambiente propício ao uso dos habituais instrumentos de política económica (apoio a novos setores industriais e fixação de tarifas protecionistas) favoráveis ao arranque e consolidação dos setores industriais. A escola estruturalista latino-americana da CEPAL não inventou tais instrumentos, mas enquadrou a oportunidade de se fazer uso deles com vista a uma atenuação das desigualdades de níveis e ritmos de desenvolvimento entre países do centro e da periferia.

Esta opção fundamentava-se num posicionamento crítico em relação aos princípios da teoria económica ricardiana das vantagens comparativas, e

da teoria neoclássica do comércio internacional. Prebisch, Furtado e os seus seguidores, demonstraram de forma convincente que a constante e progressiva deterioração dos termos de troca nos países periféricos não permitia manter a ilusão de que todos os países poderiam simultaneamente beneficiar da expansão do comércio à escala internacional. Independentemente da comprovação empírica e do realismo conceptual desta visão, o peso desta componente doutrinal, assim como a pressão institucional da agenda da CEPAL, criaram condições favoráveis à aceitação de orientações de política económica que pudessem diminuir as diferenças entre o centro e a periferia.

Os dilemas do desenvolvimento dos países periféricos poderiam, assim, ser enquadrados em duas principais dimensões de análise: a perspetiva histórica no estudo dos fatores estruturais que explicam a persistência de condicionalismos e constrangimentos associados à industrialização e fluxos de capital; e a perspetiva política que apela a uma forte presença do Estado na correção de desequilíbrios e assimetrias de distribuição de rendimentos e no desenho e execução de políticas ativas que garantam crescente industrialização e progresso técnico.⁷

No mesmo ano em que publicou a *Formação Económica do Brasil* (1959), Celso Furtado foi chamado a exercer funções de coordenação das políticas de desenvolvimento no Nordeste brasileiro. Os discursos que proferiu como responsável da SUDENE oferecem um diagnóstico precioso das dificuldades que afetavam a região mais empobrecida do Brasil e permitem testar as capacidades de um doutrinador confrontado com o imperativo da decisão política aplicada aos problemas específicos do Nordeste, no quadro da grande diversidade latino-americana a que a CEPAL estava atenta.

Nos registos escritos dessa experiência política única, Furtado (2009b) acentua bem as causas que explicam as crescentes desigualdades regionais, consequência inevitável do processo de desenvolvimento à escala global: a tensão entre um setor industrial desenvolvido e uma economia agrária tradicional e obsoleta. Aponta os riscos de institucionalização e agravamento das desigualdades e as dificuldades de execução das políticas devido à falta de formação de técnicos qualificados e à inadequação dos órgãos de administração local. Em seu entender, as origens do subdesenvolvimento da região assentavam no peso da economia açucareira exportadora, criadora de grande concentração de rendimento, e incapaz de gerar procura interna. Demonstra a inadequação de métodos agrícolas e a má utilização dos solos, e aponta uma solução global para os problemas do atraso da região: industrialização seletiva

7 Entre a vastíssima bibliografia disponível sobre as contribuições e significados da escola desenvolvimentista da CEPAL, cf. Bielschowsky (2000) e Love (2004).

e preferencialmente associada às necessidades de abastecimento alimentar, proporcionando um acréscimo global da procura interna.

A sua ação na SUDENE foi um exemplo notável da ligação que procurou estabelecer entre a teoria e a prática, revelando de forma clara a importância do conhecimento histórico da formação da economia brasileira para o desenho de soluções apropriadas ao desenvolvimento do Nordeste.

INFLUÊNCIAS CRUZADAS: A PRESENÇA DE CELSO FURTADO EM PORTUGAL

A abordagem realizada na secção anterior permite compreender que os problemas enfrentados por Celso Furtado, no âmbito da sua missão na CEPAL, ou enquanto governante envolvido no processo político de desenvolvimento do Nordeste brasileiro, apresentavam um enorme potencial de influência fora daquela que seria a sua óbvia área geográfica de difusão e impacto. Com efeito, diversas economias situadas noutras partes do mundo, designadamente no Sul da Europa, também lidaram com problemas de atraso económico e sentiram a necessidade de definir políticas tendentes a vencer esse atraso. Assim, não é de estranhar que se tenham mostrado atentas aos contributos veiculados por Prebisch, Furtado, e por outros economistas fiéis ao ideário da CEPAL.⁸

Condições particulares destas sociedades, designadamente a sua natureza semi-periférica e a existência de regimes ditatoriais duradouros, conferiram relevância às ideias importadas de autores e instituições de matriz latino-americana. Estamos diante de uma situação de pesquisa em que o fluxo de influência tem a sua origem na periferia menos desenvolvida, o que configura um caso atípico do processo de difusão internacional das ideias económicas.⁹ Habitualmente, a direção do fluxo vai do centro para a periferia, considerando-se esta periferia na dupla vertente do seu grau de desenvolvimento económico e do seu nível de maturidade científica e intelectual. Mas neste caso, o centro é representado por países ou regiões aos quais está usualmente reservada a classificação de periféricos. Nada existe de paradoxal nesta ocorrência, se tomarmos em consideração alguns elementos de proximidade entre a estrutura das economias da Europa do Sul e a das economias subdesenvolvidas da América Latina no período que antecede e que imediatamente sucede à Segunda Guerra Mundial.¹⁰

8 Esta temática foi previamente analisada em Bastien e Cardoso (2003).

9 V. Cardoso (2009).

10 A este propósito, convirá ter presente que a reflexão sobre o modo de contrariar o atraso económico através de políticas públicas desenvolvimentistas teve a sua origem pioneira num ensaio dedicado aos problemas da Europa de Leste e do Sul (Rosenstein-Rodan, 1943).

Este cenário histórico era particularmente propício ao surgimento de preocupações desenvolvimentistas que insistiam na importância das políticas de protecionismo e condicionamento industrial como instrumentos de convergência para os níveis de crescimento dos principais países europeus. Em Portugal, durante as décadas de 1930 e 1940, essas ideias modernizadoras tiveram oportunidade de se expressar em círculos acadêmicos e profissionais com capacidade de influência em algumas instâncias de decisão política relacionadas com o abastecimento energético, o melhoramento de vias de comunicação e o enquadramento da atividade industrial. Ainda que na sua fundamentação este discurso apelasse mais ao pragmatismo e ao senso comum do que a argumentos extraídos de boa teoria econômica, não deixava de suscitar um melhor conhecimento das condições propriamente econômicas do subdesenvolvimento e das formas de o superar. Deste modo, a visão industrialista e tecnocrática criou um ambiente favorável à aceitação de algumas das ideias e técnicas de análise características da corrente estruturalista latino-americana.

Essa aproximação estava longe de ser integral e plenamente assumida, dada a diversidade de pressupostos ideológicos em presença. Em todo o caso, era patente uma comum consciência das condições do subdesenvolvimento, existia uma postura igualmente comum de desconfiança na capacidade autorreguladora das forças espontâneas do mercado, havia em ambos os lados do Atlântico uma atitude favorável ao intervencionismo do Estado na regulação da ordem econômica.

Uma das obras pioneiras na reflexão sobre a estrutura da economia portuguesa e os problemas do crescimento econômico português, à luz dos ensinamentos da corrente estruturalista da CEPAL, foi escrita por dois dos mais notáveis economistas da geração formada no renovado Instituto Superior de Ciências Econômicas e Financeiras (ISCEF), no início da década de 1950. Francisco Pereira de Moura e Luís Teixeira Pinto fizeram uso de conceitos presentes na abordagem típica dos autores da CEPAL (entre os quais o de coeficiente capital-produto, tabelas *input-output*, elasticidade rendimento-procura e estrangulamento estrutural), e recorreram às mesmas metodologias de análise em matérias de planeamento e programação econômica (Moura e Pinto, 1958).

Nesse mesmo ano, Xavier Pintado publicou um artigo de suporte a medidas de desenvolvimento econômico em Portugal e no Sul da Europa, no qual explicitamente refere a importância das experiências e políticas preconizadas pela CEPAL, com especial ênfase na recomendação das técnicas de diagnóstico e programação econômica (Pintado, 1958).

Os temas do desenvolvimento econômico e comunitário, das condições socioculturais do desenvolvimento econômico, das assimetrias e desigualdades

territoriais e sociais, da necessidade de planeamento económico e social, marcaram presença muito significativa na agenda editorial dos primeiros números da *Análise Social*, revista do Gabinete de Investigações Sociais (GIS). Entre os autores de artigos sobre estes temas, destacam-se os nomes de Adérito Sedas Nunes, Maria Manuela Silva, Alfredo de Sousa e Mário Murteira. Este último não hesitou em aconselhar a experiência formativa que a CEPAL proporcionava em matérias de programação:

Na América Latina, os cursos que a CEPAL (Comissão Económica para a América Latina) organiza desde 1952, segundo cremos, pretendem fornecer num período relativamente curto, de alguns meses apenas, uma formação geral em desenvolvimento económico e avaliação de projectos. Para além da necessidade de formar intensivamente economistas, preparados para a problemática do desenvolvimento, manifesta-se a preocupação de criar uma mentalidade favorável à cooperação interdisciplinar entre os vários técnicos chamados ao desempenho de tarefas de planeamento, em particular no que se refere àqueles que se encontram enquadrados na administração pública [Murteira, 1963].

A publicação pela *Análise Social* de um texto traduzido de Prebisch (originalmente publicado no *Trimestre Económico*) comprova a criação de um enlace doutrinal com a especificidade dos problemas latino-americanos, tais como a constante deterioração dos termos de troca, a desigual distribuição do rendimento e os obstáculos à formação e acumulação de capital (Prebisch, 1963). Ao importarem estes temas para o círculo de reflexão portuguesa, os investigadores do GIS estavam a sugerir a possibilidade de replicação e emulação de experiências de desenvolvimento económico também adequadas ao nosso país.

Para além da evocação da experiência da CEPAL, os principais autores que publicaram na *Análise Social* foram particularmente recetivos às influências de autores como François Perroux, Gunnar Myrdal, Albert Hirschman e Paul Chenery, revelando conhecimentos atualizados acerca das principais e mais inovadoras fontes de pensamento económico sobre a temática do desenvolvimento. Do mesmo modo, fizeram referências implícitas e explícitas à obra de Celso Furtado, sobretudo quando discutem as capacidades e recursos internos de que um país dispõe para estabelecer processos de decisão política próprios, ou quando analisam as origens e consequências socioculturais do desenvolvimento, numa perspetiva de causalidade circular:

Sob certo aspecto, a relação entre desenvolvimento económico e condições de estrutura, de cultura e de organização social aparece como uma relação *de dependência* do primeiro ante as segundas; sob outro aspecto, porém, são estas que *dependem* daquele, porque o

desenvolvimento, uma vez em processo, opera como indutor de toda uma cadeia de alterações na estrutura, na cultura e na organização da sociedade [Nunes, 1963].

Uma outra dimensão do desenvolvimento, especialmente valorizada no contexto europeu, foi a da assimilação inovadora do conhecimento e do progresso técnico, fazendo-se uma vez mais apelo ao testemunho de Celso Furtado, conforme bem ilustra Alfredo de Sousa:

Este desafio vital — que concerne em graus diferentes todos os países europeus — situa-se fundamentalmente ao nível do desenvolvimento tecnológico e da organização. “O crescimento das economias desenvolvidas é principalmente um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação desses conhecimentos. O crescimento das economias subdesenvolvidas é antes de mais um processo de assimilação das técnicas existentes na época”. Esta frase de Celso FURTADO, escrita já em 1952 (*Rev. Bras. Econ.*, n.º 3), coloca com clareza o problema de opção que a Europa hoje defronta. A Europa, se não inventa, se não cria, tem que limitar-se a assimilar [Sousa, 1967].

Alfredo de Sousa foi, neste período, o autor português que mais de perto contactou com Celso Furtado, mantendo assídua colaboração enquanto preparava o doutoramento na Sorbonne. Os cursos que lecionou no ISCEF no final da década de 1960 também beneficiaram largamente da visão de Celso Furtado sobre temas de teoria e política de desenvolvimento económico, que Alfredo de Sousa procurou adaptar e apropriar numa perspectiva que revelasse ser interessante e útil para Portugal (Sousa, 1969). Terá sido por iniciativa de Alfredo de Sousa que a *Análise Social* publicou em 1969 dois textos de Celso Furtado, um dos quais em co-autoria, e que apresenta uma incursão de modelização teórica na análise de perfis de procura e repartição do rendimento, que foi certamente fruto do labor primordial do autor português (Furtado, 1969 e Furtado e Sousa, 1969).

O seguinte comentário que produziu na recensão a uma das obras mais importantes de Celso Furtado demonstra bem o modo como procurava justificar o mérito e os ensinamentos do seu mentor de doutoramento:

A enorme experiência do autor (CEPAL, SUDENE, Yale, Cambridge) reflectem-se neste livro que, embora referindo principalmente as economias latino-americanas, não deixa de ser sugestivo e útil para o entendimento do caso português [Sousa, 1968, pp. 276-277].

O impacto que os livros e ensaios de Celso Furtado tiveram em Portugal no final da década de 1960, numa época em que os apelos ao desenvolvimento

poderiam ser interpretados como um desafio à ordem estabelecida de um regime político ditatorial e agonizante, obteve novo impulso e melhor enquadramento ideológico e político no novo regime democrático instaurado após o movimento revolucionário de Abril de 1974. A mensagem de Celso Furtado podia agora ser adaptada a novas condições e novos estímulos de desenvolvimento económico. O núcleo institucional do primitivo ISCEF (agora ISEG da Universidade de Lisboa), que sempre demonstrou maior receptividade à sua mensagem, viria, naturalmente, a promover a atribuição a Celso Furtado do título de *Doutor Honoris Causa* pela Universidade Técnica de Lisboa. Foi na Primavera de 1987, num período em que Celso Furtado integrava o governo brasileiro como ministro da Cultura.

O texto da sua oração de sapiência condensa muitas das preocupações presentes ao longo de toda a sua vida e obra; e constitui também um desafio à reflexão e solução para os problemas económicos do mundo contemporâneo. Serve-nos agora como guião sumário e conclusivo do seu pensamento em torno dos grandes temas que marcaram o desenvolvimento da sua carreira intelectual e política, designadamente: a) a conceção do sistema económico como um conjunto de dispositivos de regulação visando o aumento da eficácia no uso de recursos escassos; b) a relação vital entre o funcionamento do sistema económico e a ordem política, esta última entendida como estrutura de poder fundada na coação ou no consentimento; c) a defesa de novas formas de cooperação internacional que permitam estabelecer efetiva regulação num mundo crescentemente interdependente; e d) a necessidade de formas aglutinadoras de poder político à escala internacional, sem perda de poder de decisão de unidades e espaços nacionais que procuram modernizar a sua estrutura interna.

Nesse texto inscreveu Celso Furtado uma frase lapidar e cristalina, que não perde atualidade nem impacto:

Vivemos uma época em que se sobrepõem dois tempos históricos. Em um se procura recuperar o atraso na construção do sistema político que deve regular actividades económicas que já se estruturam em escala planetária; em outro se busca eliminar formas anacrónicas de organização social que condenam milhões de criaturas humanas a condições abjectas de vida. Falhar em uma ou outra dessas duas tarefas é condenar a Humanidade a continuar trilhando a vida de instabilidade e de incerteza [Furtado, 1987].

Foi essa ânsia de cuidar daquilo que a Humanidade tem de mais sublime – a dignidade da vida humana – que fez da sua vida e obra um exemplo que cruzou horizontes e se tornou universal. Por tudo isto, Celso Furtado é e

continuará a ser um nome incontornável e incontroverso na história do pensamento económico da segunda metade do século xx.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTIEN, C., CARDOSO, J.L. (2003), “Structuralism and development economics in the European semi-periphery”. *Notas Económicas*, 17, pp. 36-51.
- BIELSCHOWSKY, R. (2000), *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*, São Paulo, Record.
- BOIANOVSKY, M. (2010), “A view from the tropics: Celso Furtado and the theory of economic development in the 1950’s”. *History of Political Economy*, 42 (2), pp. 221-266.
- BRESSER-PEREIRA, L. C., REGO, J.M. (orgs.) (2001), *A Grande Esperança em Celso Furtado. Ensaios de Homenagem aos seus 80 Anos*, São Paulo, Editora 34.
- CARDOSO, J.L. (2009), “Reflexões periféricas sobre a difusão internacional do pensamento económico”. *Nova Economia* (UFMG), 19 (2), pp. 251-265.
- CARDOSO, J.L., MARCUZZO, C. e ROMERO SOTELO, M.E. (eds.) (2014), *Economic Development and Global Crisis. The Latin American Economy in Historical Perspective*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- FURTADO, C. (1969). “Esferas de influência e desenvolvimento: o caso da América Latina”. *Análise Social*, 25-26, VII (1.º-2.º), pp. 50-66.
- FURTADO, C. (1987), “A crise económica contemporânea”. *Estudos de Economia*, VII (4), pp. 353-361.
- FURTADO, C. (2009a [1959]), *Formação Económica do Brasil*. Edição Comemorativa dos 50 anos, org. Rosa Freire d’Aguiar Furtado, São Paulo, Companhia das Letras.
- FURTADO, C. (2009b), *O Nordeste e a Saga da Sudene (1958-1964)*, Rio de Janeiro, Centro Celso Furtado/Editora Contraponto.
- FURTADO, C. (2013), *Essencial Celso Furtado*, São Paulo, Penguin e Companhia das Letras.
- FURTADO, C., Sousa, A. de (1969), “Perfil da procura e perfil do investimento”. *Análise Social*, 27-28, VII (3.º-4.º), pp. 487-511.
- LOVE, J. (2004), “Structuralism and dependency in peripheral Europe: Latin American ideas in Spain and Portugal”. *Latin American Research Review*, 39 (2), pp.114-139.
- MOURA, F.P. de, e PINTO, L.M.T. (1958), *Problemas do Crescimento Económico Português*, Lisboa, AIP.
- MURTEIRA, M. (1963), “Formação de técnicos em desenvolvimento económico”. *Análise Social*, 4, I (4.º), pp. 617-622.
- NUNES, A.S. (1963), A perspectiva socio-cultural do desenvolvimento económico”. *Análise Social*, 3, I (3.º), pp.375-401.
- PINTADO, X. (1958), “O esforço de desenvolvimento económico em Portugal e nos países da Europa Meridional”. *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, n.º 33, pp. 7-72.
- PREBISCH, R. (1963), “Problemas de desenvolvimento económico”. *Análise Social*, 4, I (4.º), pp. 623-631.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. (1943), “Problems of industrialization of Eastern and South-Eastern Europe”. *Economic Journal*, 53 (3), 210-211, pp. 202-211.
- SILVA, R.P. (2011), *O Jovem Celso Furtado. História, Política e Economia*, São Paulo, EDUSC.
- SOUSA, A. de (1967), “A sobrevivência da Europa”. *Análise Social*, 19, v (3.º), pp. 511-517.

- SOSA, A. de (1968), Recensão de Celso Furtado *Teoria e Política do Desenvolvimento Económico. Análise Social*, 20-21, VI (1.º-2.º), pp. 276-277.
- SOSA, A. de (1969), “O desenvolvimento económico e social português: reflexão crítica”. *Análise Social*, 27-28, VII (3.º-4.º), pp. 393-419.
- SZMRECSÁNYI, T. (2005), “The contributions of Celso Furtado (1920-2004) to development economics”. *The European Journal of the History of Economic Thought*, 12 (4), pp. 689-700.

Recebido a 07-05-2014. Aceite para publicação a 20-10-2014.

CARDOSO, J.L. (2015), “Celso Furtado e as encruzilhadas do desenvolvimento”. *Análise Social*, 214, L (1.º), pp. 26-42.

José Luís Cardoso » jcardoso@ics.ulisboa.pt » ICS, UL » Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9 — 1600-189 Lisboa, Portugal.
